

DAMAS & CAVALHEIROS DE FINA ESTAMPA, DRAGÕES & DINOSSAUROS, HERÓIS & VILÕES

Mariza Corrêa
Universidade Estadual de Campinas

Aproveito o gentil convite de Mariza Peirano para comentar essa coleção de textos sobre o ensino da antropologia para dar minha própria opinião sobre o assunto. Não resisto, entretanto, a fazer algumas observações sobre cada um deles, espero que com a brevidade requerida a um posfácio, começando pelos dois autores que enfrentam mais diretamente a questão da estrutura dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Peter Fry começa seu texto narrando um dos experimentos de prática política mais interessantes que tenho ouvido nos últimos anos – o realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como ele mostra, tal experiência reverteu, em alguns anos, as tendências desagregadoras notadas no curso de graduação da UFRJ – e que se repetem em outras universidades. E prossegue propondo outra experiência, a de um levantamento etnográfico da situação dos cursos de antropologia no país, que, como faço mais adiante em relação à proposta de Eduardo Viveiros de Castro¹, sugiro que seja incorporada à agenda de nossa associação. Como muitos de meus colegas, tenho participado de várias reuniões – pelo menos uma delas patrocinada pela ABA (em Pernambuco, em 1988) – sobre o ensino e a prática profissional da antropologia. Em todas elas, ainda que não da forma incisiva

¹ As avaliações dizem respeito ao artigo de Viveiros de Castro publicado em 1995. Consultar: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Sobre a Antropologia hoje: te(i)mas para discussão”. In: *O Ensino de Antropologia no Brasil: temas para uma discussão*. ABA (Associação brasileira de Antropologia), março/1995 (pp. 5-9).

com que ela é aqui apresentada por Peter, retorna a proposta de que devemos usar nosso saber antropológico para entender melhor o que **nós** fazemos. Peter conclui, do mesmo modo que Eduardo, sugerindo a criação de cursos de graduação em antropologia.

Eduardo Viveiros de Castro castiga a disciplina, com menos humor (para não dizer ironia) do que o habitualmente presente em seus textos, num tom de “façamos nós as críticas antes que outros a façam”, mas parece expressar, em seu retrato das tendências teóricas, mais o perfil da antropologia norte-americana do momento do que da nossa. Seu texto lembra o de Otávio Velho, por ser alusivo e, cavalheirescamente, não citar os bandidos da história, e também o de Sahlins, numa brincadeira recente, embora ele mencione seus alvos²: quem são, afinal, os interlocutores nesse debate senão os “*cultural studies*” e seus representantes entre nós? Mas a **dispersão** (e estiolamento das metáforas, bem como a perda de um ideal de ego científico), que ele deplora, parecem ser, justamente, o claríssimo objeto de desejo desses estudos. Não vejo isso como dominante na antropologia brasileira – como moda, é certo, está presente em todas as revistas (comparando, entretanto, o hilariante levantamento de Sahlins sobre alguns artigos recentes em revistas norte-americanas, percebe-se o quanto, por aqui, mesmo a defesa desses ideais é fofa, para retomar a palavra de Eduardo) –, na qual, parece-me, no melhor do que fazemos ainda predomina o ethos do trabalho duro, não obstante as observações de Fabio Wanderley, dirigidas, aliás, às ciências sociais como um todo, e boa parte delas pertinentes.

Ironicamente (mas talvez devesse dizer didaticamente), Eduardo insiste na abertura de opções na nossa pauta teórica ao mesmo tempo em que critica a história da antropologia, curso que, pelo menos de onde falo, tem sido o lugar privilegiado de apresentação dessas opções aos jovens estudantes. Claro, a especialização galopante em todas as disciplinas (e também em certas áreas da antropologia – veja-se o belo e especializado trabalho do próprio Eduardo sobre as teorias de Françoise

² O. Velho, “Antropologia para sueco ver”, *Dados* (23)1, Rio, 1980; M.Sahlins, *Waiting for Foucault*, Prickly Press, Cambridge, 1993.

Héritier) torna difícil nosso diálogo com elas, não obstante o esforço, feito aqui e ali, para lançar pontes em direção à Antropologia Física, à Primatologia (justamente como parte crítica à Sociobiologia), ao Direito, à Matemática e, até, à Filosofia...

Eduardo tem razão em relação à nossa desinformação: cada vez que monto um novo programa de curso, esbarro em lacunas enormes em nossas bibliotecas – para não falar de traduções, quando o curso é de graduação. Mas aí acho que somos todos responsáveis – quantos dentre nós estão dispostos a “perder seu tempo” (como já ouvi de vários colegas), para traduzir livros que achamos importantes para o conhecimento da antropologia ou em reuniões intermináveis com representantes de outros departamentos, para garantir a presença de livros recentes nas prateleiras de nossas bibliotecas?

Talvez um investimento organizado de nossa associação nessa direção – traduções e redes de intercâmbio entre bibliotecas – rendesse alguns frutos.

Graduação em antropologia: Eduardo, como Peter, expressa o que é também meu ponto de vista, mas, pelo que sei, não o de boa parte de nossos colegas que acreditam que uma ciência social já frágil se tornaria ainda mais fragilizada se segmentada. Aqui, acredito, como Ernest Gellner, que a segmentação não necessariamente diminui, e, como muitos exemplos históricos mostram, pode até aumentar a coesão social do sistema³.

O artigo de Mariza Peirano fica entre esses dois que comentei primeiro e os de Paula Montero e Luiz Fernando Dias Duarte, que tratam da questão de uma perspectiva mais geral, do contexto teórico e institucional do ensino de nossa disciplina, mas, se leio bem as entrelinhas, nenhum deles quebraria lanças pela criação de um curso de graduação em antropologia. Mariza retoma aqui sua visão particular da teoria das linhagens, ainda que não explicita (a não ser na sua alusão aos dinossauros) se também retoma a velha oposição entre a teoria das linhagens e a teoria da aliança. Mas talvez seja possível pensar que, assim

³ Veja-se, em apoio à posição dos colegas que são contrários a essa criação, a opinião de L. Dumont em “O individualismo” (Rocco, Rio de Janeiro, 1985: 219).

como as sociedades amazônicas se mostraram um caso “eloqüente da independência dos sistemas positivos de aliança frente a regras de unificação”⁴, também a antropologia tupiniquim possa ser analisada com mais vantagem dessa ótica. Não tenho a pretensão de entrar no debate expresso por aquela oposição na área do parentesco, mas, nos exemplos da antropologia política, certamente a aliança sempre leva vantagem sobre as linhagens – mesmo quando se apóia nelas. Creio que isso vale tanto para propostas de articulação entre o ensino da graduação e da pós – para a articulação, proposta por Mariza, entre ensino, pesquisa e teoria – quanto para propostas de atuação articulada de antropólogos no âmbito de sua associação: se podemos tomar a liberdade de ler a teoria da aliança para além das relações de parentesco, talvez possamos também deixar de ler as alianças políticas possíveis como relações entre linhagens – isto é, sendo generosos ao avaliar o impacto de nossa atuação, pensando mais nas gerações futuras do que na nossa parentela próxima.

Luiz Fernando Dias Duarte, no contexto de uma discussão mais geral sobre a constituição do conhecimento científico, retoma de outro ângulo a idéia de formação discutida por Peter Fry e propõe uma saída para o impasse por este mencionado (“a vontade de providenciar uma educação individualista por parte dos professores dentro de um sistema fundamentalmente hierárquico”), próximo ao que “a tradição romântica construiu sob a rubrica do **Bildung**, ou construção de si”. Proposta radical que supõe, entretanto – apesar de sua ênfase na conversão –, “estratégias mediadoras”, recursos institucionais e certas “qualidades” do produto final, que o autor recusa empobrecer por uma “transposição quantificada”. Luiz Fernando conclui observando que “o maior problema do ensino da antropologia hoje não reside em questões operacionais e organizacionais, mas em questões conceituais fundamentais para o desenvolvimento da disciplina”. Mas certamente questões operacionais e organizacionais podem emperrar esse desenvolvimento, desejável por todos?

⁴ E. Viveiros de Castro, “Princípios e parâmetros: um comentário a L. exerce de la parente”, PPGAS, Museu Nacional, Comunicação 17, Rio, 1990.

Paula Montero, depois de um balanço não sistemático da antropologia no país nos seus últimos anos, parece concordar com minha observação alhures de que a etnologia é o aspecto mais desenvolvido da nossa disciplina no país, pelo espaço que concede a um bom resumo de seus avanços⁵. Mas se mostra mais pessimista quanto aos avanços da antropologia em geral, concluindo por esboçar um de seus dilemas: “a distância cada vez mais estreita entre a interpretação do objeto e a incorporação pelo objeto da descrição conceitual que dele se fez” – de sua resolução dependendo o futuro mesmo da disciplina, “se ela pretende não abrir mão de seu potencial explicativo para dissolver-se na ficção literária ou na ação mobilizadora das ideologias políticas”. Pode ser, mas, como ela mesma diz: “nada como o distanciamento histórico para captar o espírito de uma época”.

Prefiro apostar que, em dez anos, a geração de antropólogos que estamos formando agora vai ser obrigada, mais do que o foi a minha, a prestar atenção à contribuição que os estudos etnológicos brasileiros vêm fazendo à discussão internacional – já que eles certamente vão ser (re) introduzidos no currículo, provavelmente em inglês ou em francês.

Voltando ao currículo, ou ao tema central da mesa redonda que deu origem a esses textos, e sumarizando, em benefício da clareza: dinossauros e dragões, mocinhos e bandidos são muito interessantes e certamente têm seu lugar, assim como nesses textos, nas discussões em salas de aula, mas creio que precisaríamos, primeiro, nomear adequadamente o dragão do ensino, antes de sair a caçá-lo. Estou, no caso, apoiando a proposta de Peter Fry de que precisamos saber mais sobre como se dá o processo de transmissão do saber de nossa disciplina, nos cursos de graduação e de pós-graduação. Segundo, gostaria de saber a opinião geral dos associados da ABA – já que ouvi até agora a dos poucos, pouquíssimos, colegas que se animaram a tratar do tema – sobre a criação de uma graduação em antropologia nos Institutos de Ciências Humanas do país.

⁵ Ver M. Corrêa, “A antropologia no Brasil (1960-1980)”, 1992, finalmente a sair este ano pela Editora Sumaré, volume II da História das Ciências Sociais no Brasil, organizado por Sergio Micelli.

Terceiro, creio que a ABA poderia formar um grupo de pressão junto às editoras universitárias para fazer traduzir com urgência, pelo menos os clássicos (por que é só nessas horas que nos lembramos de que Boas não está traduzido, sequer na coleção Grandes Cientistas Sociais da Ática?), e junto às reitorias das universidades onde houve recentemente um esforço pra informatizar seus acervos, na criação de uma rede de intercâmbio de informações bibliográficas. Pequenas ações práticas que os antropólogos, esses “caçadores recalitrantes de dragões”, como diz Dan Sperber, parecem desdenhar; “ser convidado a matar um dragão é uma experiência incomum; ela não deixa de evocar lembranças, medos e sonhos compartilhados. Por que seria vergonhoso entrar no jogo?”⁶.

BIBLIOGRAFIA

CORRÊA, Mariza. “A antropologia no Brasil (1960-1980)”. In: MICELLI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil** – volume II. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1995.

DUMONT, Louis. **O individualismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

SAHLINS, Marshall. **Waiting for Foucault**. Cambridge: Prickly Press, 1993.

SPERBER, Dan. **Le savoir des anthropologues**. Paris: Hermann, 1982.

VELHO, Otávio. “Antropologia para sueco ver”. In: **Dados**, (23) 1. Rio de Janeiro: 1980.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Princípios e parâmetros: um comentário a L exercice de la parente”. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, Comunicação 17, 1990.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Sobre a Antropologia hoje: te(i)mas para discussão”. In: **O Ensino de Antropologia no Brasil: temas para uma discussão**. ABA (Associação brasileira de Antropologia), março/1995 (pp. 5-9).

⁶ Le savoir des anthropologues, Hermann, Paris, 1982.